

Balanço Governo reforça ajuste fiscal e combate à inflação

Ortodoxia econômica marca 1º mês de Lula

Claudia Safatle
De Brasília

Ser conservador na economia para ter mais ambição e ousadia na política social. Ricardo Lagos, presidente socialista do Chile, certa vez traduziu assim o que deveria ser o seu governo. Luiz Inácio Lula da Silva completa o primeiro mês na presidência da República mostrando essa mesma face da gestão do PT.

Lula surpreendeu aos que viram no compromisso da "Carta Aberta ao Povo Brasileiro" — quando garantiu a continuidade da política macroeconômica básica — um mero ato de maestria eleitoral. A carta, editada em meados do ano passado, representou um aval do então candidato à Presidência ao acordo que estava sendo negociado com o Fundo Monetário Internacional (FMI). E agora, passado o primeiro mês da posse, deixa inquietos os companheiros de militância que apostaram na ruptura e consideram o ministro da Fazenda, Antônio Palocci, um clone barbudo do ex-ministro Pedro Malan.

Lula quer ousar no social, com o Fome Zero, programa que lançou ontem sob forte polêmica e com discutível viés paternalista. Na política exterior, busca o pragmatismo multilateral e explícita, sem constrangimento, o projeto de liderança na América Latina.

Na costura da política parlamentar, procura uma ampla base de apoio para fazer as reformas que o governo anterior não conseguiu — previdenciária, tributária, autonomia operacional do Banco Central e alterações na legislação que, tal como está, ajuda a definhar o crédito no país [lei de falências e fiduciária].

Ao preservar a autonomia do Banco Central para, no Comitê de Política Monetária (Copom), decidir a taxa de juros — e aumentá-la em 0,5 ponto percentual na primeira reunião do comitê da gestão Lula — o governo saiu do discurso para a prática da ortodoxia.

Deixou claro que não pretende brincar com a inflação. E agora explicou que a meta ajustada de inflação para este ano, de 8,5% em comparação com uma

taxa de 12,5% em 12 meses, é para ser perseguida sim, a não ser que haja um choque de preços administrados. Choque que poderia advir dos preços do petróleo, por exemplo, como consequência da guerra dos Estados Unidos contra o Iraque.

É na área fiscal, contudo, que sua equipe pretende fazer uma mudança importante em relação ao padrão do governo Fernando Henrique Cardoso. Deverá mostrar isso na semana que vem, quando anunciar uma meta de superávit primário consolidado das contas públicas até um pouco maior do que os 4,06% do Produto Interno Bruto (PIB) que o governo passado deixou como desempenho recorde.

O objetivo é claro: assumir um compromisso com a austeridade fiscal, gerando um saldo positivo entre receitas e despesas correntes capaz de garantir a sustentabilidade da dívida pública. Ao fazer isso sem mágicas estará angariando credibilidade.

Em 2002, a dívida líquida do setor público chegou a 55,89% do PIB, pressionada principalmente pela desvalorização da taxa de câmbio. O mesmo câmbio que promoveu uma virada brutal nas contas externas, fazendo despencar o déficit em conta corrente do balanço de pagamentos de mais de 4% do PIB em 2001 para 1,67% do PIB em 2002, reduzindo, portando, a vulnerabilidade externa do país. Do governo FHC herdou, portanto, um balanço de pagamentos mais sólido e um crédito de US\$ 24 bilhões do Fundo Monetário Internacional.

Agora, a equipe econômica quer avançar num ajuste estrutural na área fiscal, apostando menos na geração de receitas extraordinárias e mais numa reestruturação do gasto público, que não parou de crescer nos últimos oito anos.

Palocci, médico sanitário, aprendeu com notável rapidez a importância de ter os fundamentos econômicos no lugar certo. Não por ter sido contaminado por algum vírus neoliberal. Mas por entender que dívida se paga, contratos firmados devem ser respeitados, desajuste cambial pode matar uma economia e inflação é um mal maior para os mais pobres.



Presidente Lula, no lançamento do Fome Zero ontem: conservadorismo econômico para permitir políticas sociais mais ousadas